

1. O que é este Programa?

É um programa de parceria entre o Estado e os Municípios para recuperar e restaurar os imóveis tombados no Estado do Espírito Santo

Objetivo: Financiar ações de conservação para preservar nossa história e cultura material.

Modalidade: Funciona na modalidade "Fundo a Fundo", o que significa que o dinheiro do Estado é transferido diretamente para o Fundo Municipal de Cultura.

2. Base Legal

- Lei Complementar n° 458, de 20 de outubro de 2008;
- Lei Complementar n° 981, de 14 de outubro de 2021;
- Decreto n° 4960-R, de 27 de agosto de 2021;
- Instrução Normativa SECULT nº 003, de 15 de outubro de 2025;
- Portaria n° 091-S, de 15 de outubro de 2025.

Importante: Antes de começar, leia com atenção a legislação que orienta a execução da parceria. Isso garante que todas as etapas sejam feitas de forma correta e segura.



A. Sobre o Município (Regularidade Institucional)

- Ofício de solicitação assinado pelo Prefeito(a).
- Estar **regular** no cadastro de convênios do Estado (CRCC).
- Ter o Fundo Municipal de Cultura legalmente criado.
- Comprovar que tem um **Gestor** para o Fundo.
- Ter o Conselho Municipal de Política Cultural legalmente criado e com membros designados e com mandato vigente.

- Designar um Arquiteto ou Engenheiro do quadro da prefeitura para acompanhar a execução do Plano de Ação.
- Apresentar o Plano de Ação assinado eletronicamente pelo Prefeito, pelo (a) Gestor (a) do Fundo e Arquiteto (a) /Engenheiro (a).
- Apresentar Ata de Ciência, assinada pelo Conselho Municipal de Política Cultural, atestando que o Plano de Ação foi discutido no âmbito do mesmo.
- Extrato bancário da conta específica do projeto zerada.

B. Sobre o Imóvel (O Bem Tombado)

O imóvel que será restaurado precisa ter a situação legal clara:

- Comprovação de Propriedade: Apresentar a certidão de propriedade do imóvel.
- 1. **Exceção:** Se o imóvel for de terceiro (outro dono) é preciso a anuência dele.
- 2. Em caso de não ter o registro: É aceita a comprovação da posse (declaração do Chefe do Executivo atestando a posse) mais anuência do possuidor (se for terceiro) e relatório fotográfico.
- Ato de Tombamento: Cópia do documento legal que atesta que o bem é tombado.
- Relatório Fotográfico/Videográfico: Fotos e/ou vídeos que mostrem o estado atual de conservação do bem.

C. Documentos Específicos por Eixo (O que será feito)

Projeto Executivo

- Planilha de orçamento (detalhando os custos) obedencendo a Resolução Nº 366, de 22 de novembro de 2022, do TCEES
- ART/RRT (registro de responsabilidade técnica) do profissional que elaborou a planilha.

Investimento em Obra

- Projeto Executivo pronto e aprovado pelo órgão de tombamento (e Bombeiros, se for o caso)
- Planilha de orçamento (detalhando os custos) obedencendo a Resolução Nº 366, de 22 de novembro de 2022, do TCEES
- Cronograma Físico-Financeiro
- ART/RRT dos projetos.

Aquisição de Equipamentos/Mobiliário

- Justificativa da aquisição equipamentos e/ou mobiliário, apresentando como essa aquisição irá contribuir para a valorização, preservação, conservação e restauração do patrimônio material tombado, bem como de seu uso para atividades culturais
- Planilha Orçamentária e
- Mapa Comparativo de Preços (pesquisa de mercado).

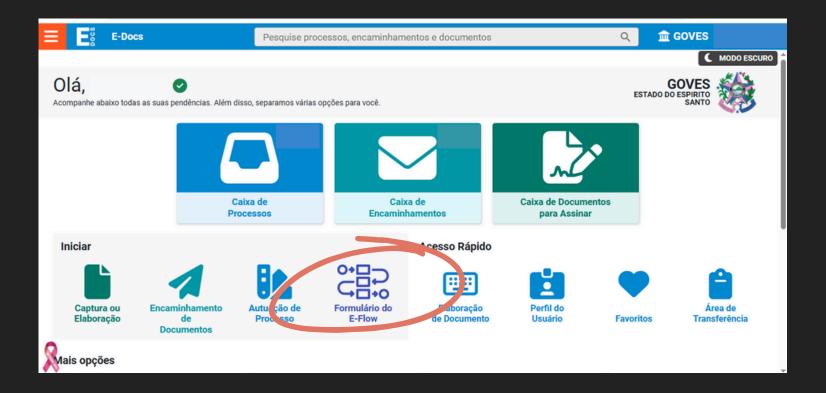
5. Onde me inscrever?

A inscrição no **FUNDO A FUNDO – Patrmônio Material Tombado** deve ser realizada exclusivamente pela plataforma E-Flow, por meio do seguinte link:

Thttps://e-flow.es.gov.br/flow-definition/0912bee8-942b-7e8b-3d54-dcf0d658d80a/edc/origem/novo

- 1. Acesse a plataforma E-Flow pelo E-Docs.
- 2. Realize o login com seu CPF e senha.
- Caso ainda não possua cadastro, é necessário criar uma conta no site: https://acessocidadao.es.gov.br.
- 3.Após acessar o sistema E-Flow, clique em cidadão, digite "FUNDO A FUNDO Patrimônio Material Tombado" e selecione o fomulário.
- 4. Preencha todas as informações solicitadas no formulário eletrônico.
- 5. Anexe os documentos obrigatórios, conforme indicado na IN SECULT 003, de 2025.
- 6. Revise os dados antes de finalizar a inscrição.
- 7. Clique em "Enviar" para concluir a inscrição.

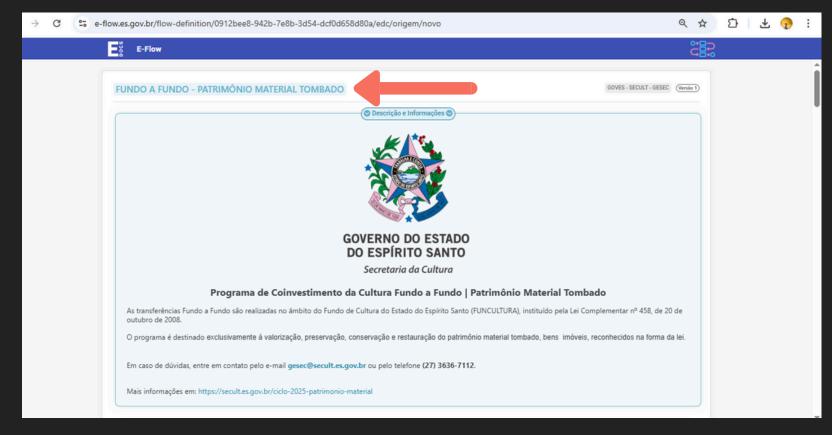
Para acessar pelo E-Docs:



Para acessar pelo E-Docs:

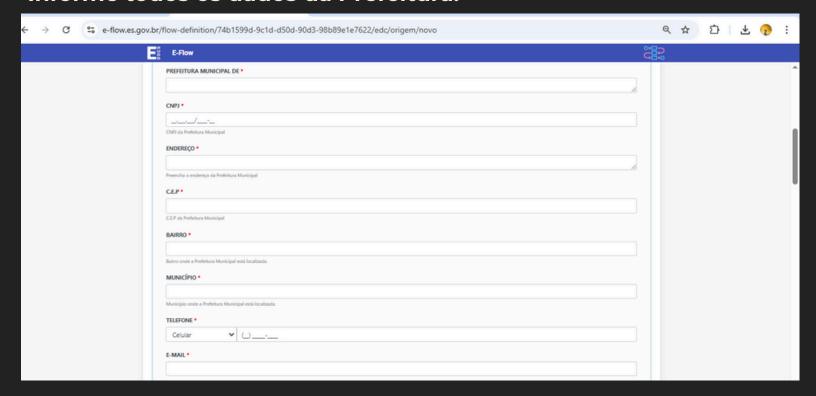


Confira se a inscrição está sendo realizada na modalidade correta.



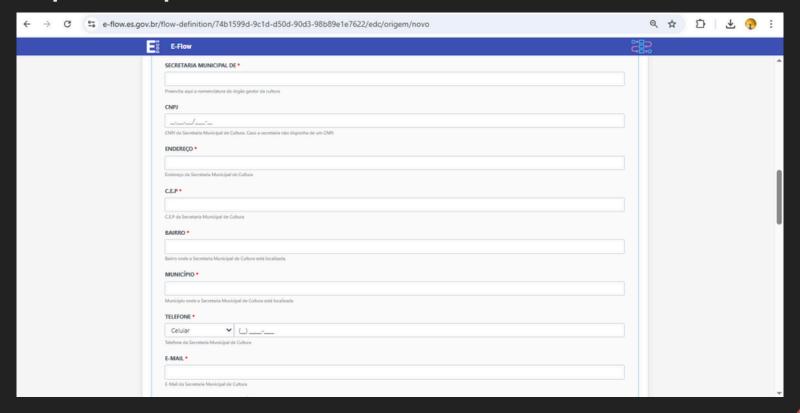
* Os asteriscos no formulário e nos anexos, indicam as informações e os documentos de envio obrigatório.

Prefeitura Municipal: Informe todos os dados da Prefeitura.

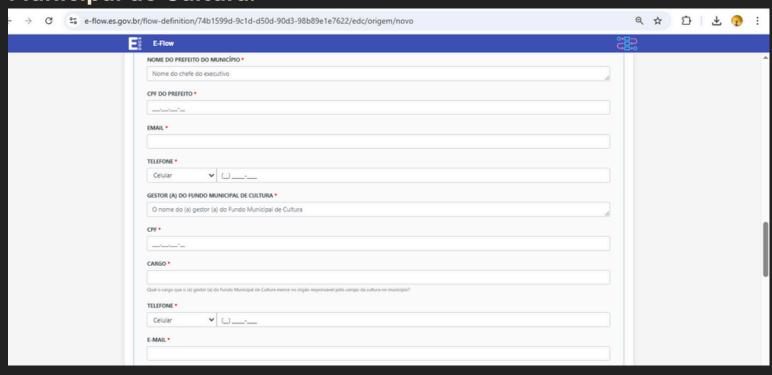


Secretaria Municipal de Cultura:

Preencha os campos com as informações da Secretaria responsável pela área da cultura.



- Chefe do Executivo:
 Inclua os dados completos do(a) Prefeito(a) do município.
- Gestor do Fundo Municipal de Cultura:
 Informe o nome e os dados do responsável pela gestão do Fundo
 Municipal de Cultura.



Fundo Municipal de Cultura:

Preencha com as informações institucionais e financeiras do Fundo.

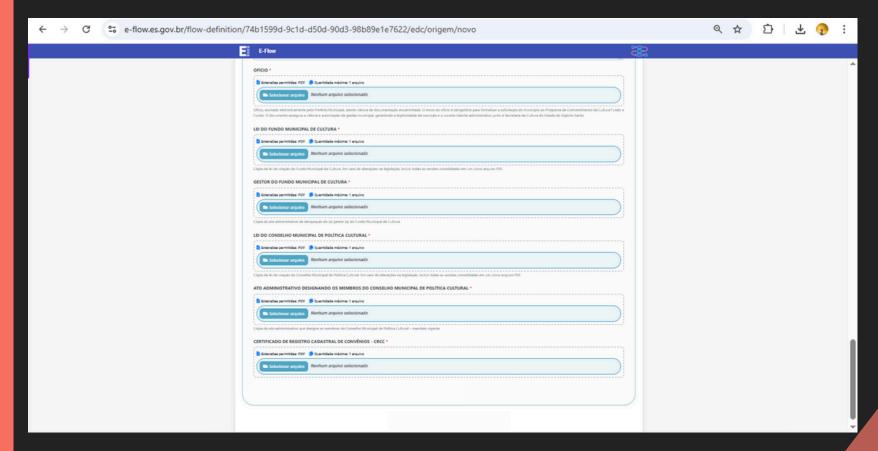
Conselho Municipal de Política Cultural: Informe os dados do Conselho.

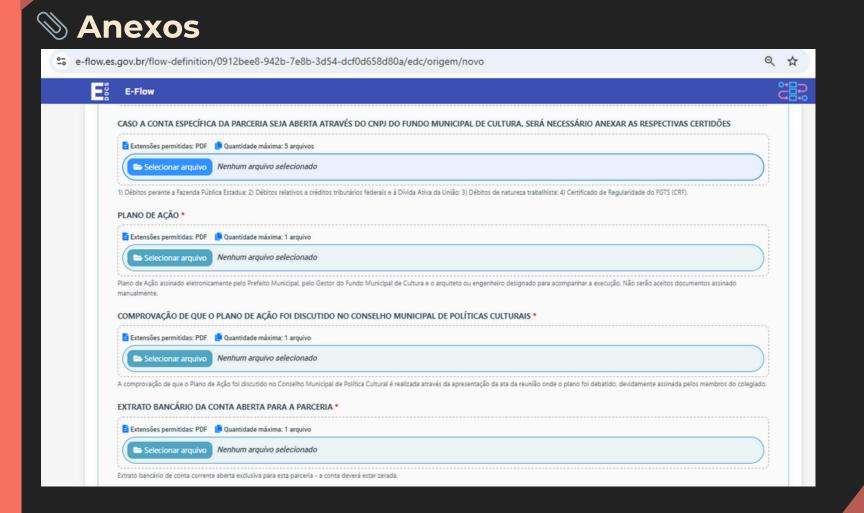


⚠ Importante: o Conselho deve ser paritário ou ter maioria de representantes da sociedade civil.

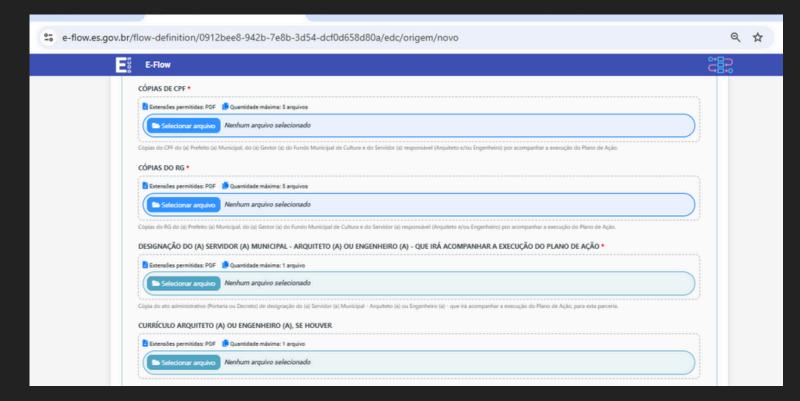
Os representantes da sociedade civil devem ser eleitos de forma democrática.





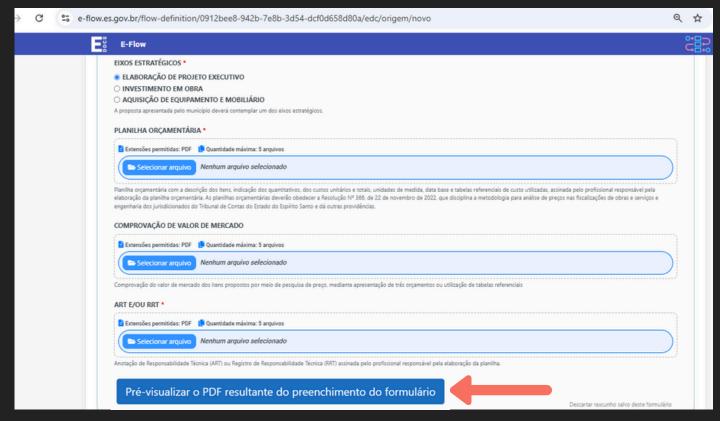




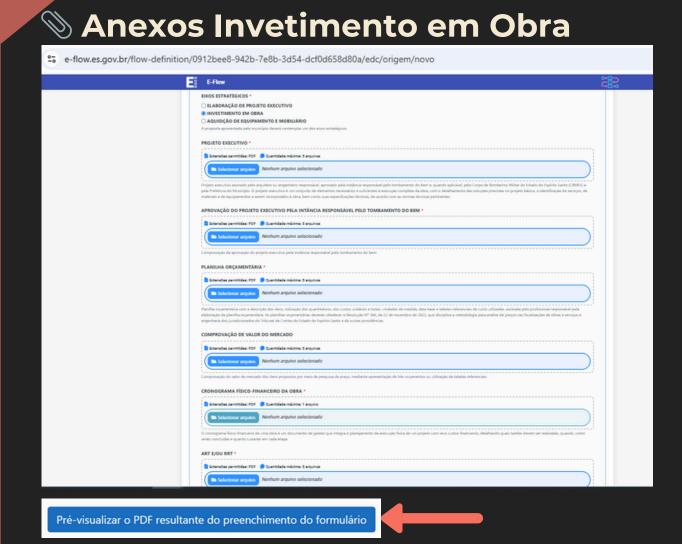




Na Anexos Elaboração de Projeto Executivo

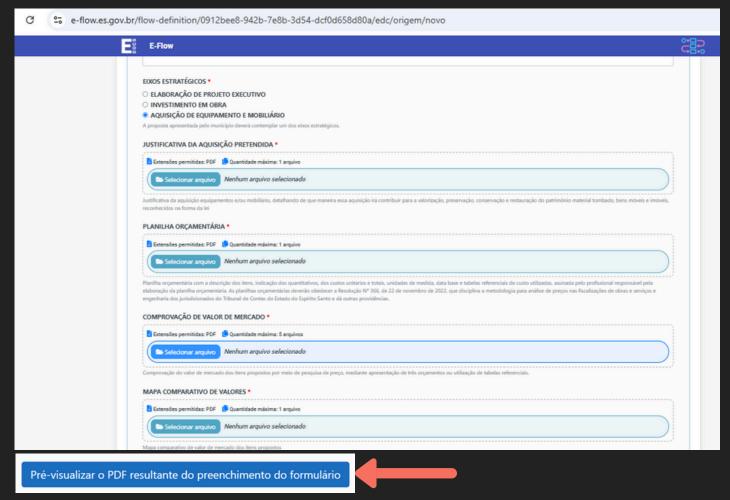


Confira todos os dados do formulário. Após verificar que estão corretos, envie.



Confira todos os dados do formulário. Após verificar que estão corretos, envie.





Confira todos os dados do formulário. Após verificar que estão corretos, envie.

7. Seleção e Repasse de Recursos

Seleção: A proposta é analisada e selecionada por uma Comissão de Seleção designada pela SECULT.

Análise e Aprovação das Propostas

- Etapa de Análise Documental
 - As propostas selecionadas passam por análise documental para emissão de manifestação conclusiva (Decreto nº 4.960-R/2021).
 - Objetivo: sanar pendências ou readequar informações, se necessário.

▼ Resultado da Análise

- Aprovação direta:
 - o Município assina o Termo de Responsabilidade (modelo no site da SECULT).
- Solicitação de readequação ou informação complementar:
 - Prazo de 10 dias úteis para atendimento.
 - ∘ Não envio no prazo → reprovação do Plano de Ação (sem instância recursal).
 - Se readequação ainda não atender, a SECULT poderá solicitar nova correção (novo prazo de 10 dias).

8. Seleção e Repasse de Recursos

- 🖍 Assinatura do Termo de Responsabilidade (Art. 19)
 - Deve ser assinado por:
 - Prefeito Municipal (Chefe do Executivo);
 - o Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Cultura;
 - o Arquiteto/Engenheiro, se houver acompanhamento técnico.

Publicação

• Após assinatura, a SECULT publica extrato no Diário Oficial do Estado.

Compromisso do Município (Contrapartida): 1% do valor total da parceria como contrapartida.

Como o dinheiro é repassado (Liberação por Etapas):

Projeto Executivo

90% após a realização do processo licitatório. **10%** restante após comprovar que o projeto executivo foi aprovado pelo órgão de tombamento.

Investimento em Obra

60% após a realização do processo licitatório.

40% restante após comprovar que já usou no mínimo 80% do valor dos primeiros 60% repassados.

Equipamentos e Mobiliário

100% (valor total) após a realização do processo licitatório e envio da documentação de compra

🕒 Prazo para Publicação do Edital

- O edital de licitação deve ser publicado em até 6 meses após a depósito da contrapartida do Município.
- Caso o prazo não seja cumprido → pode ocorrer a interrupção da parceria
 Prorrogação:
- Pode ser solicitada até 30 dias antes do prazo final, com justificativa, especialmente em casos de:
 - Licitação deserta, fracassada ou impugnada.

6. EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Requisitos do Edital de Licitação

Eixos:

- Elaboração de Projeto Executivo
- Investimento em Obra

Obrigatório exigir:

- Qualificação técnico-profissional e técnico-operacional, conforme Resolução CAU/BR nº 51/2013, art. 2º, IV.
- (Intervenções em patrimônio histórico, cultural e artístico.)

Obs.:

• O município pode usar contrato vigente, desde que o edital original tenha exigido essa qualificação técnica.

Eixo: Investimento em Obra

O município deve comunicar à SECULT com mínimo 30 dias de antecedência:

- Data de início da obra;
- Data prevista de entrega, conforme o Plano de Ação aprovado.

Readequação do Plano de Ação

- Somente pode ser feita por proposta do ordenador de despesas e do Gestor do Fundo Municipal de Cultura.
- Deve ser apresentada até 30 dias antes do fim da vigência.
- Requer aprovação da SECULT.

6. EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Considera-se readequação:

- Prorrogação de vigência;
- Ampliação do objeto;
- Aditivos contratuais (quantitativos/qualitativos), conforme Lei 14.133/2021.

Vedado:

- Alterar o objeto do Plano de Ação, mesmo que sem mudar a despesa, pois isso modifica a finalidade original.
- destinar recursos desta modalidade do Programa para custeio de atividades de manutenção ordinária ou periódica, caracterizada por serviços de limpeza, pequenos reparos, conservação predial ou substituição pontual de equipamentos e de componentes decorrentes do uso de espaços, entre outros, bem como o pagamento do subsídio, dada a natureza de despesas.

6. EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

Transparência e Publicação

O Município deve publicar, no site da Secretaria Municipal de Cultura e no <u>Mapa Cultural do ES</u>:

Documentos obrigatórios:

- Termo de Responsabilidade assinado;
- Plano de Ação aprovado;
- Aviso de licitação;
- Homologação e adjudicação da licitação;
- Contrato assinado;
- Comprovante de publicação dos atos salvo quando dispensada a publicação;
- Relatório de aplicação de recursos, previsto no art. 38.
- Eventuais modificações do Plano de Ação

Divulgação e Comunicação

- As ações apoiadas pelo FUNCULTURA devem divulgar o apoio do:
- Governo do Estado, SECULT e FUNCULTURA.
- A divulgação deve seguir o manual de uso das marcas (disponível no site da SECULT).
- Toda comunicação institucional deve ser aprovada previamente pela SECULT:
- Marian Brasan in the second sec

LEGISLAÇÃO



TELEFONE



PLANTÃO TIRA-DÚVIDAS



O PLANTÃO TIRA-DÚVIDAS SERÁ REALIZADO ÀS TERÇAS E QUINTAS-FEIRAS, DAS 10H ÀS 16H, MEDIANTE AGENDAMENTO PRÉVIO.

Ficha Técnica

Fabricio Noronha Fernandes SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

Maria Thereza Bosi de Magalhães SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE FOMENTO E INCENTIVO A CULTURA

Villinevy Koppe Robbi GERENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA – GESEC

> **Diego Loureiro Cecato Nunes** ASSESSOR TÉCNICO – GESEC

Nedina Marçal Ferreira Silva TECNICO CULTURAL NIVEL SUPERIOR

> Marcelo Braz de Souza ASSISTENTE DE GESTÃO

> > **Telefone** (27) 3636-7112

E-mail gesec@secult.es.gov.br